



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Acompanhamento das Obras de Esgotamento Sanitário nos Municípios beneficiados pelo PISF, nos Estados de PE, PB, RN e CE

Jorge Luiz de Moraes Fonseca
Secex-PB

Audiência Pública
Brasília, 22 de setembro de 2015

Antecedentes

- Acórdão 2017/2006-P: avaliar se os **objetivos do Pisf** seriam alcançados
- Acórdão 1457/2012-P: Programa de **Revitalização** da Bacia do Rio São Francisco
- Acórdão 2058/2013-P: **riscos referentes à execução das obras**, dificuldades técnicas e administrativas do MI
- ...
- **Acórdão 1421/2015-P**

Motivação da auditoria



Importância da integração do SF para os estados do NE



Risco de poluição das águas em função de despejos sanitários



Baixo grau de conclusão ou má qualidade das obras de esgotamento sanitário

Objetivo

- Contribuir para a melhoria da **governança das obras de esgotamento sanitário** associadas ao Pisf, por meio do **diagnóstico e análise** da situação dessas obras e identificação dos problemas e gargalos para conclusão das mesmas

Metodologia

- Painel de referência
- Coleta de dados
- Cruzamento de dados e análise dos resultados
- Inspeções *in loco* para validação
- Relatório final com oportunidade para comentários dos gestores

Área de estudo

Eixo Norte

- captação em Cabrobó/PE
- retirada contínua de 16,4 m³/s
- retirada máxima de 99 m³/s
- extensão de 402 km

Eixo Leste

- captação em Itaparica
- retirada contínua de 10 m³/s
- retirada máxima de 28 m³/s
- extensão de 220 km

Arranjo institucional (esgoto)

- Ministério da Integração
- **Ministério das Cidades**
- **Funasa**
- Estados e municípios
- Codevasf

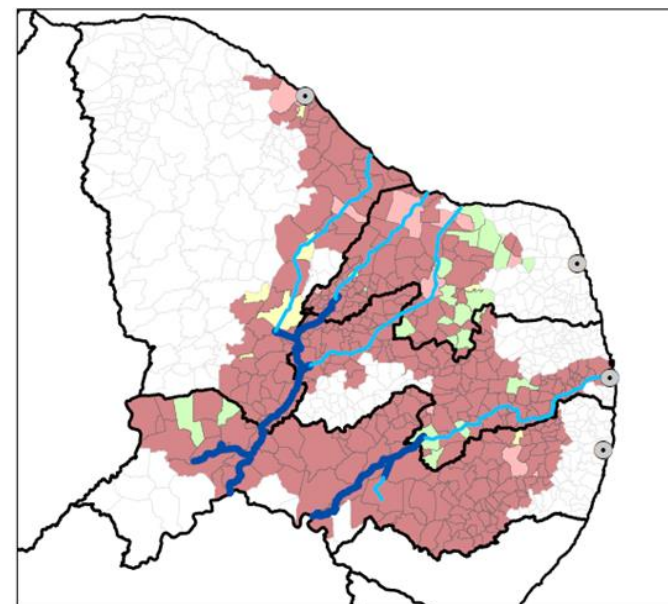


Área de Estudo

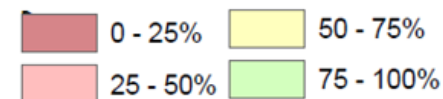
- Parecer 031/2005 – IBAMA
 - Qualidade das águas (descarte de esgoto sem tratamento)
- Parecer 015/2007 – IBAMA
 - Ações: apoio à implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto

Visão Geral do Objeto

UF	Quant. municípios	Quant. municípios da área de estudo
PE**	185	116
PB	223	130
RN	167	94
CE	184	59
TOTAL	759	399



% Esgoto coletado e tratado

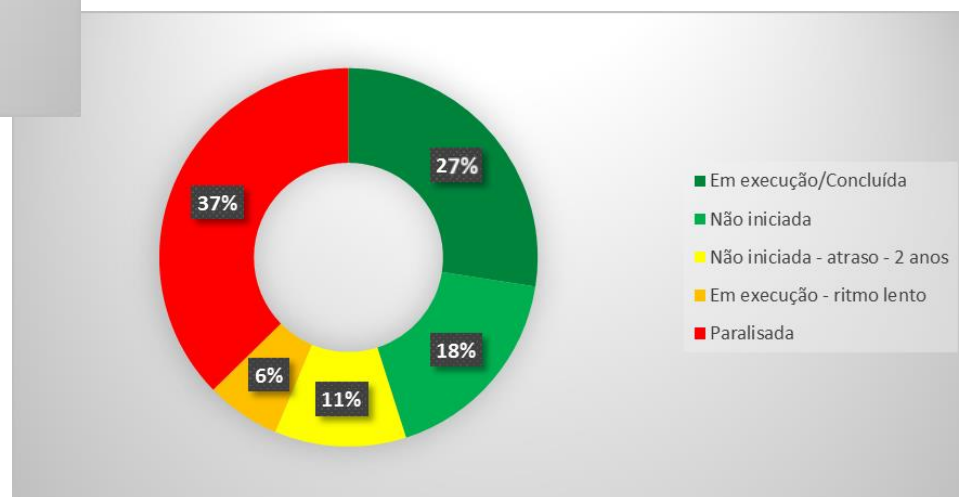
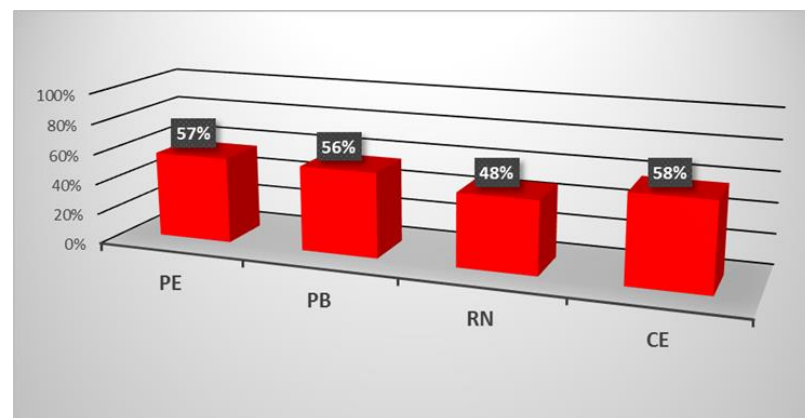
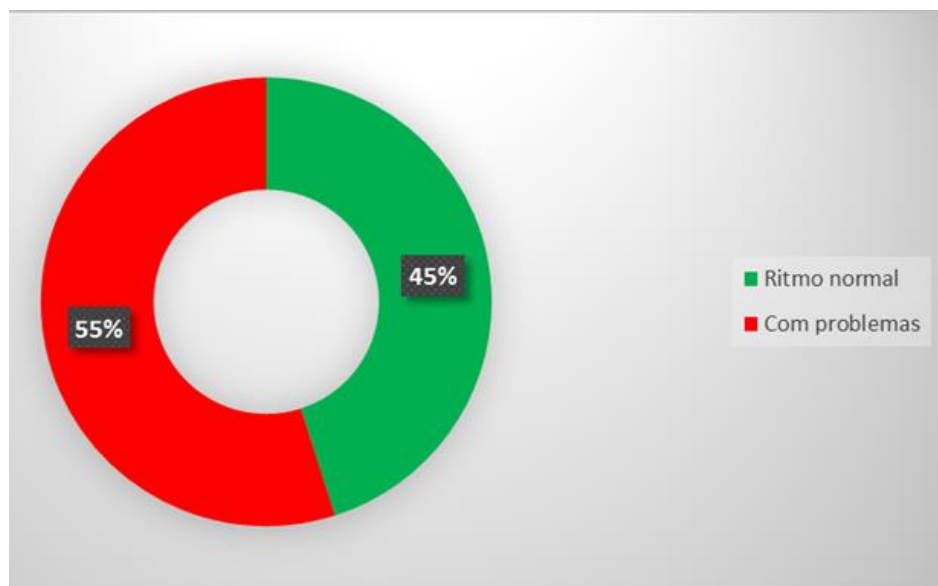


Volume de recursos fiscalizados

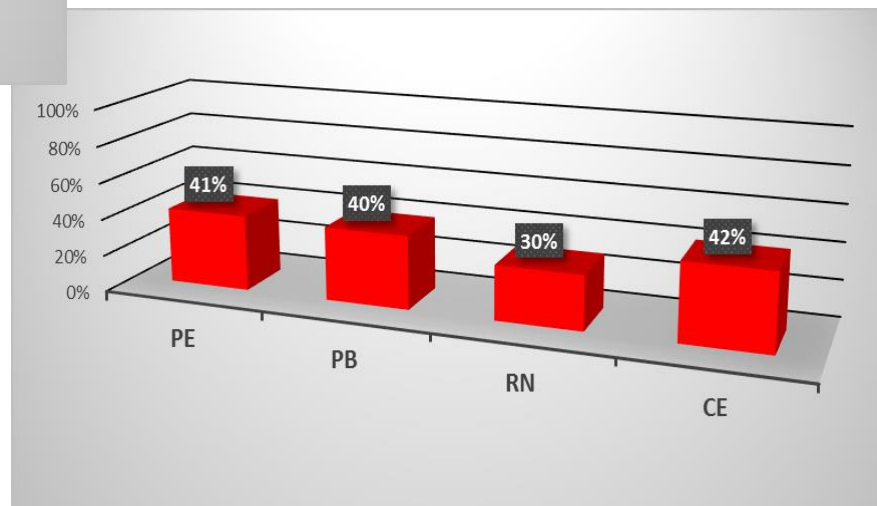
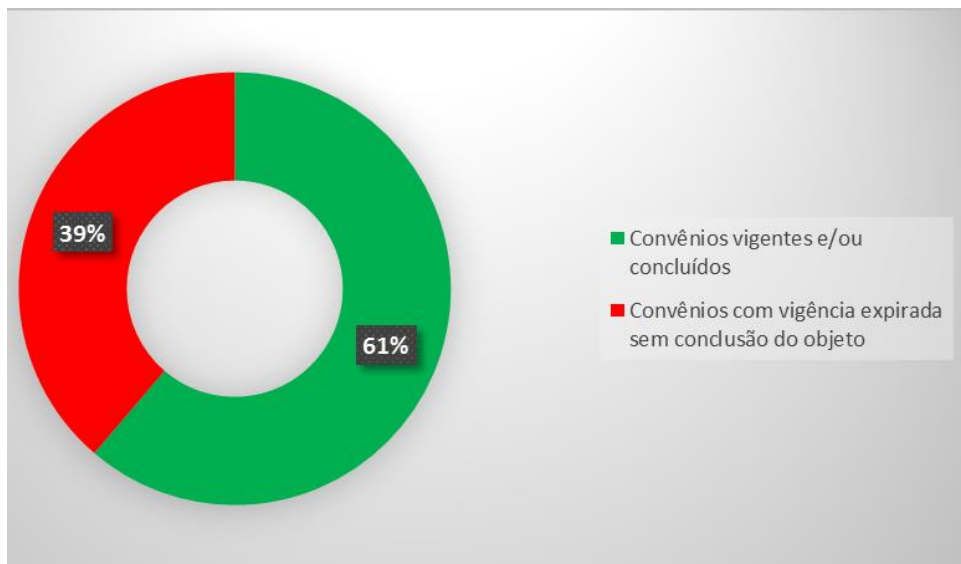
UF	Quant. municípios com obras de esgoto	Quant. de convênios	Convênios	
			Valor total (R\$)	Valor liberado pela União (R\$)
PE	31	46	224.612.056,39	90.946.928,31
PB	36	50	231.647.700,37	96.288.616,28
RN	19	27	125.734.178,20	66.170.879,64
CE	16	19	158.320.110,00	52.693.906,45
TOTAL	102	142	733.821.679,87	288.335.107,40

Achados de auditoria

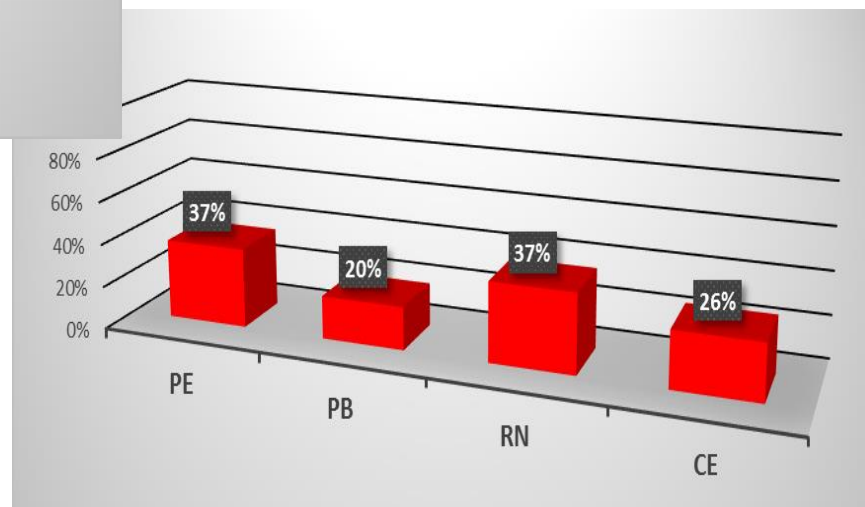
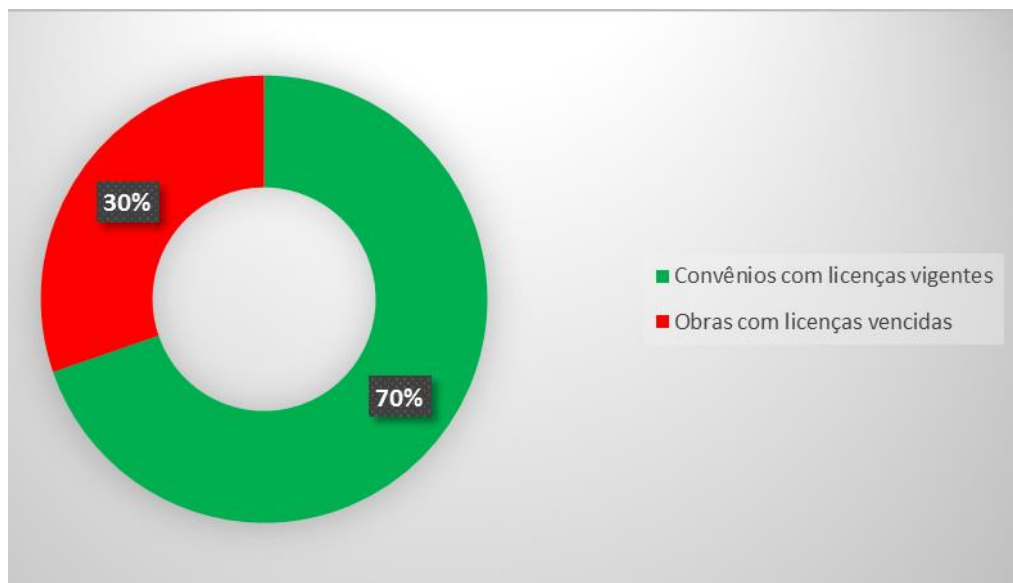
Obras paralisadas, em ritmo lento de execução ou não iniciadas com atraso superior a dois anos



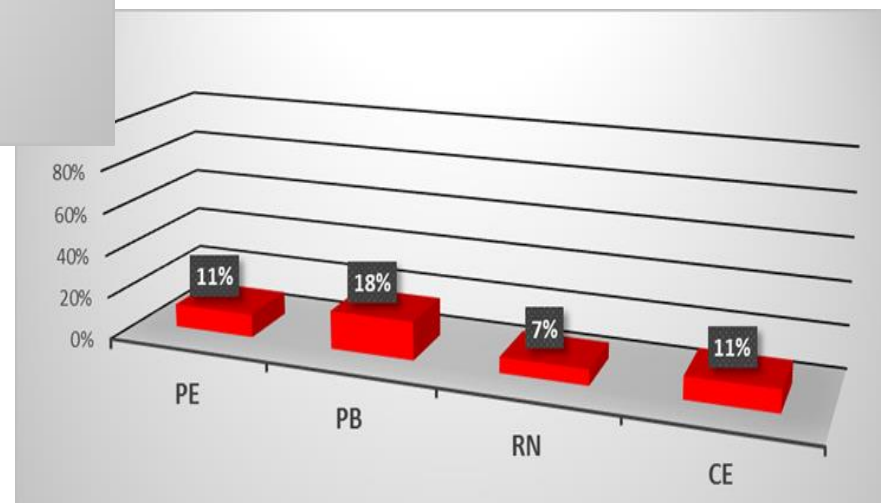
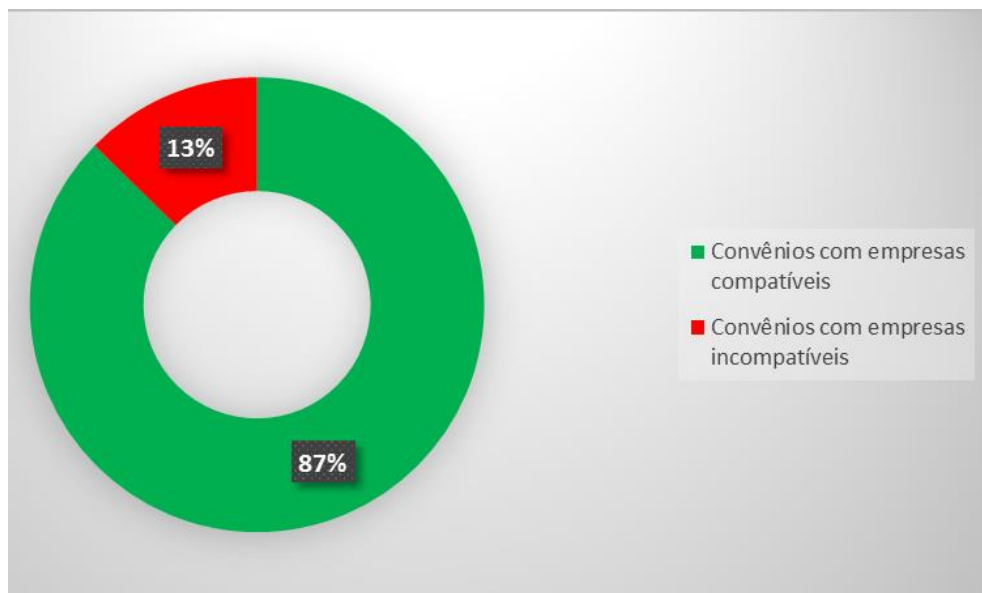
Convênios com objetos não concluídos com vigência vencida



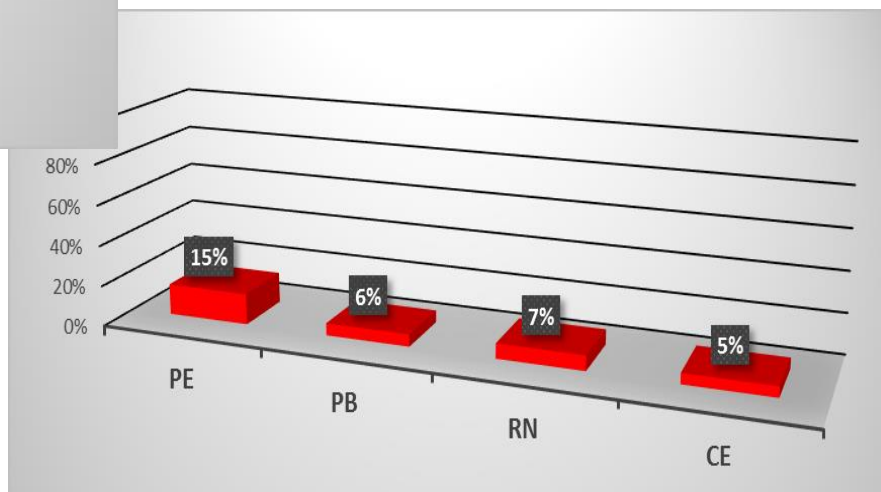
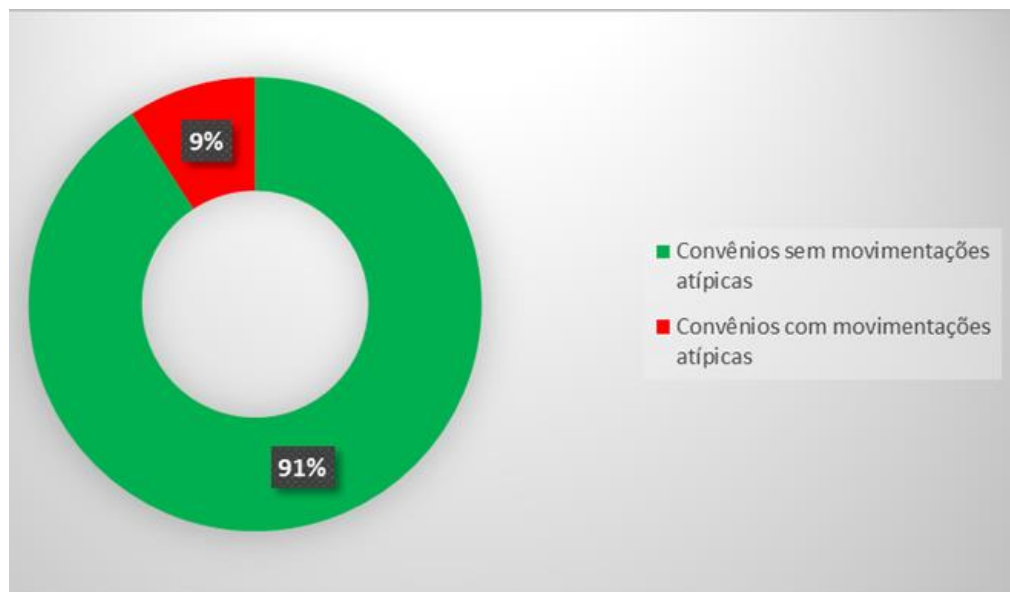
Obras com licença ambiental de instalação vencida



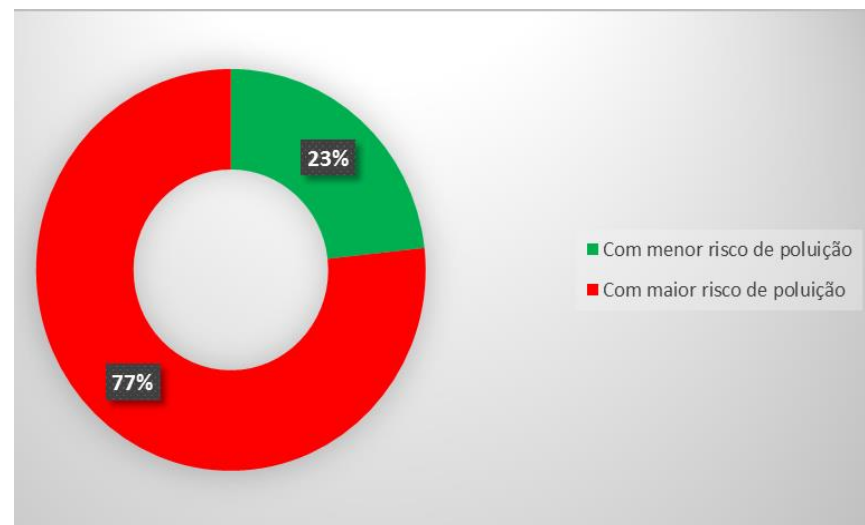
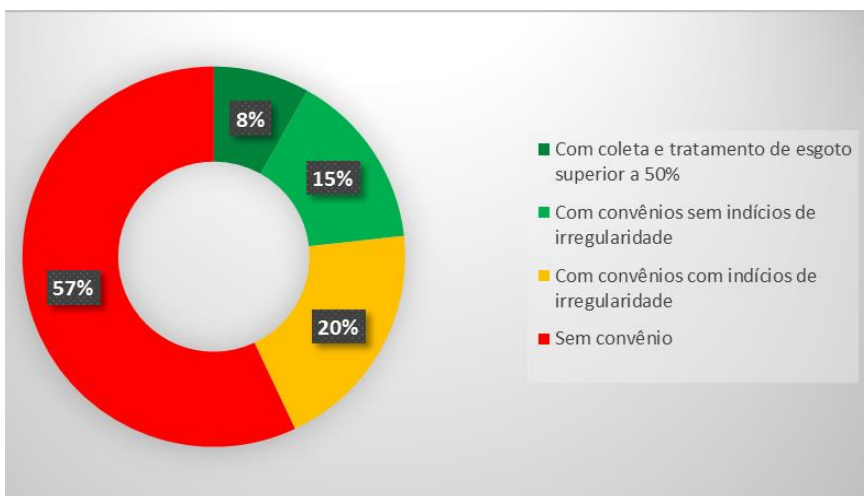
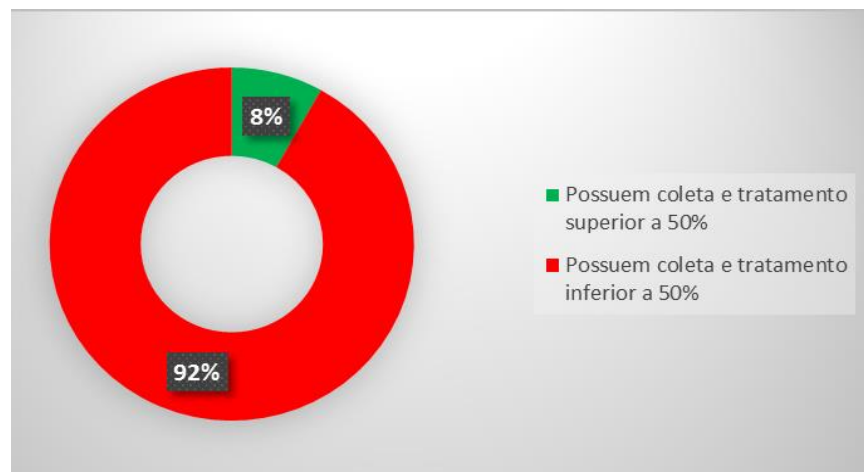
Empresas com capacidade operacional incompatível com a execução da obra



Movimentações atípicas nas contas específicas dos convênio



Risco das águas do Pisf serem poluídas pelo lançamento de esgoto



Inspeções *in loco*



Obras paralisadas em
Pombal/PB,
Mogeiro/PB e
Icó/CE



Conclusões

- Dificuldade para conclusão das obras
- Problemas referentes a saques ou retirada da conta do convênio para outras contas dos convenientes
- Os problemas seriam mitigados caso os responsáveis tivessem adotado as medidas apontadas anteriormente pelo TCU
- Risco de poluição das águas do Pisf

Encaminhamento

- **Acórdão 1421/2015-P**
 - Plano de ação para sanear os problemas
 - Cópia do relatório a várias instituições
 - Monitoramento das ações

Obrigado

Jorge Luiz de Moraes Fonseca
(83) 3533-4075
jorgelm@tcu.gov.br